

RICARDO AMARAL

ESTADO DE SÃO PAULO FH de bandeira nova

O presidente Fernando Henrique Cardoso volta à Europa preparado para receber duras cobranças das organizações de direitos humanos. Tambores do Brasil já fizeram chegar à Alemanha e outros centros uma visão crítica do projeto sobre desaparecidos que está no Congresso.

O terreno é fértil: não entra na cabeça de um europeu que o Estado se responsabilize por quem morreu na tortura e lave as mãos sobre o que seus agentes fizeram na rua. Também não entendem o reconhecimento da culpa sem a investigação das circunstâncias.

A primeira manifestação veio da Anistia Internacional, sediada em Londres. Mãe das organizações não-governamentais (ONGs), a Anistia cobra os mesmos pontos dados como falhos pelos movimentos de familiares. No Planalto comemorou-se o detalhe de que o documento começa elogiando os avanços do governo e só depois é que manda o pau. Uma nova atitude, provocada por um dado real: o presidente tomou uma iniciativa diante do problema, fazendo-a tão ampla quanto lhe permitem as condições políticas e os comandos militares.

Na Alemanha a cobrança vai ser mais dura, principalmente se a mão do governo impedir a aprovação, na Câmara, de emendas ao projeto.

"O presidente ficará numa situação vulnerável se deixar claro que obedece a um veto militar na condução política do assunto", diz o deputado Nilmário Miranda (PT-MG), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. O deputado é um dos mais importantes contatos, no Brasil, das organizações internacionais. Sabe do que e com quem está falando.

Fernando Henrique prefere pensar que faz desse limão uma limonada. Entre a Lei da Anistia e o projeto em debate passaram-se 16 anos. Com mais algum tempo, avalia o governo, resolvem-se as outras pendências.

Ao assinar o projeto, Fernando Henrique recuperou o direito de olhar nos olhos de Eunice,

viúva de seu amigo Rubens Paiva. Isso o animou a desencadear a ofensiva do Sete de Setembro e retomar uma bandeira que já foi sua, a dos direitos humanos, hoje um oligopólio que reúne o PT, a Igreja e outros sócios.

Ele começou com dois passos certos e um errado. Acertou na quarta-feira, quando deu ao ministro Paulo Paiva instrumentos para combater o trabalho escravo. Acertou de novo na tentativa de vestir o Sete de Setembro com trajes civis. Mas pisou na bola ao cobrar do Congresso velocidade na aprovação de projetos ligados aos direitos humanos. Qualquer deputado iniciante sabe que essas leis estariam em vigor se o governo tivesse feito, por elas, um quinto do que fez para quebrar os monopólios constitucionais.

Também criou uma armadilha em que ele mesmo deve cair: se alguém vai atrasar a criação do Conselho Nacional de Direitos Humanos, esse alguém é o próprio governo.

Já existe um projeto aprovado nas comissões temáticas da Câmara, em caráter terminativo, criando esse conselho. Ele está hoje na Comissão de Finanças, para ajustes finais. Se estivesse em vigor, os PMs que fizeram o massacre de Corumbiara estariam respondendo pelo crime junto a

uma comissão federal. Se o governador de Rondônia criasse obstáculos, seu estado sofreria intervenção.

O governo não gosta do projeto e vai recorrer ao plenário para modificá-lo. "Vamos aproveitar o que ele tem de bom", avisa José Gregori, chefe de gabinete do ministro Nelson Jobim e autor do texto sobre os desaparecidos.

Se a intervenção do governo resultar num texto melhor, ótimo. Mas não se culpe o Congresso pela falta de um instrumento ágil para coibir barbaridades. Olhando para trás, ele verá que foi por falta de votos do PSDB e do PFL que um projeto do deputado Hélio Bicudo (PT-SP), acabando com a impunidade das polícias militares, ficou encalhado. É por isso que em Corumbiara gesta-se um novo Carandiru.



■ Ricardo Amaral é jornalista

**O presidente
prefere pensar
que fez do limão
dos direitos
humanos uma
limonada**